

Centrais Eólicas Morrão S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis individuais 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais 3

Demonstrações dos resultados 4

Demonstrações dos resultados abrangentes..... 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 6

Demonstrações dos fluxos de caixa 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais..... 8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da

Centrais Eólicas Morrão S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Centrais Eólicas Morrão S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 23 de dezembro de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de setembro de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

Centrais Eólicas Morrão S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	71	49
Investimentos de curto prazo	3	12.735	6.851
Contas a receber de clientes		2.672	2.383
Contas a receber partes relacionadas	4	94	20
Estoques		160	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		130	-
Outros tributos a recuperar		216	-
Outros ativos		1	154
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		16.079	9.457
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Tributos diferidos		757	435
Outros ativos		1	-
Imobilizado, líquido	5	94.217	101.283
Intangível, líquido		98	153
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		95.073	101.871
TOTAL DO ATIVO		111.152	111.328
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		192	453
Contas a pagar partes relacionadas	4	1.438	1.438
Conta de ressarcimento	6	380	7.314
Passivo de arrendamento		37	30
Tributos e contribuições sociais a pagar		315	241
Outros tributos a pagar		101	104
Provisão para custos socioambientais		13	17
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4	79	79
Outras obrigações		10	8
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		2.565	9.684
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Contas a pagar partes relacionadas	4	13.335	20.640
Conta de ressarcimento	6	11.293	1.526
Passivo de arrendamento		3.028	2.785
Provisão para desmobilização		1.237	1.902
Provisões para processos judiciais e outros		58	-
Tributos diferidos		181	-
Outras obrigações		-	29
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		29.132	26.882
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito e integralizado		47.811	47.811
Reserva de lucros		29.566	24.873
Reserva de capital		2.078	2.078
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	79.455	74.762
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		111.152	111.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Centrais Eólicas Morrão S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	8	25.995	23.606
Custo de produção e operação de energia	9	(12.424)	(14.477)
LUCRO BRUTO		13.571	9.129
Gerais e administrativas		(55)	(30)
Outras receitas (despesas) operacionais		(1)	(2)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(56)	(32)
RESULTADO BRUTO		13.515	9.097
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		1.533	521
Despesas financeiras		(691)	(342)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	10	842	179
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		14.357	9.276
Imposto de renda e contribuição social corrente		(1.213)	(1.004)
Imposto de renda e contribuição social diferido		65	87
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	11	(1.148)	(917)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		13.209	8.359

Centrais Eólicas Morrão S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.209	8.359
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	13.209	8.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Eólicas Morrão S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de capital	Reserva de lucros		Dividendos Adicionais Propostos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva de Investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		47.811	2.078	3.317	12.571	26.740	-	92.517
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	8.359	8.359
Constituição de Reserva legal		-	-	418	-	-	(418)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	-	8.567	(705)	(7.862)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(79)	(79)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(26.035)	-	(26.035)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7	47.811	2.078	3.735	21.138	-	-	74.762
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	13.209	13.209
Constituição de reserva legal		-	-	660	-	-	(660)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	4.033	-	(4.033)	-
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(8.516)	(8.516)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7	47.811	2.078	4.395	25.171	-	-	79.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Centrais Eólicas Morrão S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2022	2021
<u>Atividades operacionais:</u>		
Lucro líquido do exercício	13.209	8.359
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>		
Depreciação e amortização	6.692	6.610
Atualização monetária sobre ressarcimento	10 308	-
Atualização da provisão para custos socioambientais	-	(25)
Juros sobre arrendamento	10 298	273
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	(108)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	10 (1.531)	(521)
Baixa de ativo imobilizado	-	335
	18.976	14.923
Variação de ativos e passivos operacionais	2.828	21.999
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	986	594
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	(5.451)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.155)	(952)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	(298)	(273)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.886	36.291
<u>Atividades de investimentos:</u>		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	5 (10)	(3.468)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(10)	(3.468)
<u>Atividades de financiamentos:</u>		
Dividendos pagos	7 (8.516)	(26.122)
Pagamentos de arrendamentos (principal)	(33)	(28)
Partes relacionadas - ações	(7.305)	(6.829)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(15.854)	(32.979)
<u>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</u>		
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	49	205
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	71	49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Morrão S.A. (“Companhia”), com sede na Fazenda Salinas, Altura do KM 257 da rodovia BR-030, S/N, Zona Rural, Povoado de Aroeiras, cidade de Caetité, estado da Bahia, é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada diretamente pela AES Tietê Eólica S.A. (“AES Tietê Eólica”) e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A. (“AES Operações”) e pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América a partir de 03 de agosto de 2017. Foi constituída em 25 de setembro de 2009 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico “Morrão”. A Companhia é integrante do complexo eólico Alto Sertão II, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva – 2010 (“LER 2010”). Segundo Portaria nº 268 da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), o período de autorização da Companhia é de 35 anos a partir de 20 de abril de 2011.

A Companhia é controlada diretamente pela AES Tietê Eólica S.A. e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A. e pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia de Reserva (“LER”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Contrato / Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
3º LER/2010	268/2011	20/04/2011	24/04/2046	35 anos	2014	18	30,2	16,1

Comercialização de energia

Em 26 de maio de 2011, a Companhia assinou contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos.

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
3º LER/2010	CCEE	124.848	249,02	set/13	ago/33	IPCA	Setembro

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 13 de setembro de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2022

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo"

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	2022	2021
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Numerário disponível	71	49
Subtotal	71	49
<u>Investimentos de curto prazo</u>		
CDB-DI	12.735	6.851
Subtotal	12.735	6.851
Total	12.806	6.900

Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 102,78% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98,32% em 31 de dezembro de 2021).

4 PARTES RELACIONADAS

	2022	2021
<u>Ativo</u>		
Complexo ASII - Centralização estoque (i)	94	-
total circulante	94	-
Total do ativo	94	-
<u>Passivo</u>		
Ventos do Nordeste - Cessão de energia	1.438	1.438
AES Tietê Eólica S.A. - Dividendos a pagar	79	79
total circulante	1.517	1.517
AES Tietê Eólica S.A. - ações resgatáveis (ii)	13.335	20.640
total não circulante	13.335	20.640
Total do passivo	14.852	22.157
<u>Resultado (Custo de produção e operações de energia)</u>		
Ventos do Nordeste - Cessão de energia	-	(1.438)
Total do resultado	-	(1.438)

- (i) Com o objetivo de otimizar a eficiência operacional, a Companhia, com a interveniência de suas parceiras do complexo ASII, centralizam a gestão de estoques e o contrato prevê o repasse de peças e reserva financeira para manutenção de um saldo mínimo de estoques e possíveis aquisições de peças para reposição.
- (ii) De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária de 16 de junho de 2014, os acionistas deliberaram pela aprovação de um plano de resgate de ações com condições específicas, entre as centrais eólicas e sua Controladora AES Tietê Eólica para as devidas transferências estipuladas em contrato. Devido as características destas ações, a Administração concluiu que elas representam instrumento de dívida, desta forma, classificou os valores a pagar a Controladora no passivo não circulante como partes relacionadas - ações resgatáveis. Não há um prazo previsto em contrato para os resgates das ações

Tais ações não estão sujeitas a juros ou correção monetária, porém como determinado na AGE supracitada o plano de resgate poderá ser alterado para os próximos exercícios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração dos Administradores da Companhia é realizada através da controladora, desta forma, não há valores referentes a remuneração dos administradores nesta demonstração financeira.

5 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2022			2021
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,96%	1.787	(561)	1.226
Máquinas e equipamentos (ii)	4,54%	141.188	(51.038)	90.150
Móveis e utensílios e outros	6,40%	23	(17)	6
Imobilizado em serviço		142.998	(51.616)	91.382
Imobilizado em curso (i)		88	-	88
Bens vinculados às concessão e autorizações		143.086	(51.616)	91.470
Direito de uso de terreno arrendado (iii)	3,33%	3.171	(424)	2.747
Total Imobilizado		146.257	(52.040)	94.217

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (ii) Entre os elementos que compõem o custo de cada item do imobilizado dos ativos eólicos, estão incluídos os custos de desmontagem, remoção e restauração do local no montante de R\$1.237 (R\$1.902 em 31 de dezembro de 2021). O custo de desativação de ativos, equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.
- (iii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,33%

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Remensuração	Provisão Desmantelamento	Transferências / Reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.683	-	-	-	104	1.787
Máquinas e equipamentos	141.910	-	-	(696)	(26)	141.188
Móveis e utensílios e outros	23	-	-	-	-	23
Imobilizado em serviço	143.616	-	-	(696)	78	142.998
Imobilizado em curso	183	10	-	-	(105)	88
Bens vinculados às concessão e autorizações	143.799	10	-	(696)	(27)	143.086
Direito de uso de terreno arrendado	2.888	-	283	-	-	3.171
Subtotal	146.687	10	283	(696)	(27)	146.257
Depreciação / Amortização arrendamento	(45.404)	(6.563)	-	(74)	1	(52.040)
Total Imobilizado	101.283	(6.553)	283	(770)	(26)	94.217

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Provisão Desmantelamento	Baixas	Transferências / Reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.683	-	-	-	-	1.683
Máquinas e equipamentos	138.785	-	-	(508)	3.633	141.910
Móveis e utensílios e outros	23	-	-	-	-	23
Imobilizado em serviço	140.491	-	-	(508)	3.633	143.616
Imobilizado em curso	96	3.720	-	-	(3.633)	183
Bens vinculados às concessão e autorizações	140.587	3.720	-	(508)	-	143.799
Direito de uso de terreno arrendado	2.765	123	-	-	-	2.888
Subtotal	143.352	3.843	-	(508)	-	146.687
Depreciação / Amortização arrendamento	(39.022)	(6.467)	(88)	173	-	(45.404)
Total Imobilizado	104.330	(2.624)	(88)	(335)	-	101.283

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

6 CONTA DE RESSARCIMENTO

A Companhia opera Contratos de Energia de Reserva do LER 2010 celebrados com a CCEE, que estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância – 10%) serão apurados ao final de cada ano contratual e serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente.

Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância (geração até 10% inferior à energia contratada) serão apurados ao final de cada quadriênio e ressarcidos em 12 parcelas mensais, após possíveis compensações com desvios positivos, iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente.

Os ressarcimentos por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância – 30%) serão apurados ao final de cada ano contratual, valorados a 70% do preço de venda, conforme expresso nos referidos contratos e recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte.

Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância (geração até 30% superior à energia contratada) serão apurados ao final de cada quadriênio, valorados ao preço contratual vigente e serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos, ao longo dos dois primeiros anos do quadriênio seguinte.

O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017. O segundo se encerrou em agosto de 2021.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022	2021
Passivo circulante		
Conta de ressarcimento	380	7.314
Passivo não circulante		
Conta de ressarcimento	11.293	1.526
Total passivo	11.673	8.840

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.881
Adição / reversão	3.624
Amortização	(665)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.840
Adição / reversão	2.525
Atualização monetária	308
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.673
Circulante	380
Não circulante	11.293

Suspensão de devolução de ressarcimento

O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas.

O *Constrained-off* pode ser definido como a redução de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *Constrained-off* de usinas.

7 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$47.811 representado por 90.272.888 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

7.2 Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei, em 31 de dezembro de 2022 constituiu uma reserva de R\$660 (R\$418 em 31 de dezembro de 2021).

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a legislação, constituiu uma reserva de R\$4.033 (R\$7.862 em 31 de dezembro de 2021).

Reserva de lucros	2022	2021
Reserva legal	4.395	3.735
Reserva de investimentos	25.171	21.138
Total	29.566	24.873

7.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 30 de novembro de 2022, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no montante de R\$ 8.516. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

8 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento que a Companhia transfere a energia elétrica ao cliente. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	2022	2021
Contratos de energia eólicos	29.509	27.458
Ressarcimento de energia	(2.525)	(2.958)
Receita operacional bruta	26.984	24.500
(-) PIS e COFINS	(989)	(894)
Receita operacional líquida	25.995	23.606

9 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2022	2021
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos bilaterais	-	(33)
Contratos com partes relacionadas	-	(1.438)
Mercado de curto prazo	(4)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(1.591)	(1.425)
Taxa de fiscalização ANEEL	(115)	-
Subtotal	(1.710)	(2.896)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(3.043)	(2.994)
Material	(752)	(1.752)
Depreciação e amortização	(6.650)	(6.610)
Outros custos operacionais	(269)	(225)
Subtotal	(10.714)	(11.581)
Total	(12.424)	(14.477)

10 RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1.531	521
Outras receitas financeiras	2	-
Subtotal	1.533	521
Despesas financeiras		
Atualização provisão desmobilização	(31)	(42)
Atualização ressarcimento	(308)	-
Juros sobre arrendamento	(298)	(273)
Tarifas e encargos bancários	(53)	-
Outras despesas financeiras	(1)	(27)
Subtotal	(691)	(342)
Total Líquido	842	179

11 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as recebidas no exercício e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas recebidas no exercício e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional tributável	29.220	24.500	29.220	24.500
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	2.338	1.960	3.506	2.940
Outras receitas	991	550	991	550
Outros ajustes	-	225	-	338
Base de cálculo	3.329	2.735	4.497	3.828
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(499)	(410)	(405)	(345)
Desconto excedente a R\$ 240 ano	(309)	(249)	-	-
IRPJ e CSLL corrente	(808)	(659)	(405)	(345)
IRPJ e CSLL diferido	42	56	23	31
IRPJ e CSLL no resultado	(766)	(603)	(382)	(314)

Alquota efetiva	23,0%	22,0%	8,5%	8,2%
------------------------	--------------	--------------	-------------	-------------

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

12.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2022		2021		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	3	71	71	49	49	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	3	12.735	12.735	6.851	6.851	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		2.672	2.672	2.383	2.383	Custo amortizado
Contas a receber partes relacionadas	4	94	94	-	-	Custo amortizado
Total		15.572	15.572	9.283	9.283	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		192	192	453	453	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas	4	14.773	14.773	22.078	22.078	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	6	11.673	11.673	8.840	8.840	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		3.065	3.065	2.815	2.815	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a		79	79	79	79	Custo amortizado
Total		29.782	29.782	34.265	34.265	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

12.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's ou Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	71	49
Investimentos de curto prazo	12.735	6.851
Contas a receber de clientes	2.672	2.383
Total	15.478	9.283

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal.

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	192	-	-	-	-
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	14.773	-	-
Passivo de arrendamento	9	28	40	207	2.781
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	79	-	-
Total	201	28	14.892	207	2.781

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA utilizados na projeção corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2022.

(b.3) Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2022 é:

	2022
Investimentos de curto prazo	12.735
Conta de ressarcimento	(11.673)
Contas a pagar partes relacionadas	(14.773)
Passivo de arrendamento	(3.065)
Total	(16.776)

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e ressarcimento.

Investimentos de curto prazo	Risco	Posição em 31/12/2022	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,78%	10,17%	13,56%	16,95%	20,34%
Investimentos de curto prazo	CDI	12.735	863	1.295	1.727	2.159	2.590
Impacto no resultado			863	1.295	1.727	2.159	2.590
Total da exposição líquida			863	1.295	1.727	2.159	2.590

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2022	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,62%	3,92%	5,23%	6,54%	7,85%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(11.673)	(306)	(458)	(610)	(763)	(916)
Impacto no resultado			(306)	(458)	(610)	(763)	(916)
Total da exposição líquida			(306)	(458)	(610)	(763)	(916)

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar

os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Nova Energia S.A, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

13 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 30 de janeiro de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de redução de capital da Companhia no montante de R\$8.562, sem alteração na quantidade de ações de emissão da Companhia. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976.